



Autora
Suzana M. Rossetti

PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Premissas teóricas, políticas públicas e medidas concretas, considerando os regimes da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.462/2011 e Lei nº 13.303/2016

Daniel Wunder Hachem
Prefácio

Luiz Alberto Blanchet
Apresentação



Área específica
Direito Administrativo.

Áreas afins
Administração Pública.

Criado pelo povo para satisfazer seus anseios, conforme antecipa o preâmbulo da Constituição da República, o Estado cumpre suas finalidades mediante execução direta ou por meio de pactos com terceiros. Dentre esses pactos, destacam-se por sua quantidade e relevância os processos de contratação pública. Nem sempre tais processos são conduzidos com a juridicidade esperada, ora por despreparo dos agentes, ora por irreflexão, outras vezes por incúria e mesmo por deliberada intenção de desatender o direito. Quando o próprio processo de contratação já vem contaminado, o que será então do desenvolvimento sustentável a ser adotado como princípio condutor desde o preliminar planejamento e a ser ulteriormente obtido como resultado efetivo?

Com a clareza, objetividade e proficiência que lhe são peculiares, Suzana Maria Rossetti enfrenta esse tema que bem domina também na prática. (...)

Luiz Alberto Blanchet

Público-alvo/consumidores
Agentes envolvidos nos processos de contratação, a exemplo de gestores públicos, ordenadores de despesa, pregoeiros, assessorias jurídicas, comissões de licitação, fiscais, entre outros; além de estudantes e pesquisadores do tema.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001203

R823p

Rossetti, Suzana M.

Processos de contratação pública e desenvolvimento sustentável: premissas teóricas, políticas públicas e medidas concretas, considerando os regimes da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.462/2011 e Lei nº 13.303/2016/ Suzana M. Rossetti.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

341 p.

ISBN: 978-85-450-0408-0

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública. 3. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ROSSETTI, Suzana M. Processos de contratação pública e desenvolvimento sustentável: premissas teóricas, políticas públicas e medidas concretas, considerando os regimes da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.462/2011 e Lei nº 13.303/2016. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 341 p. ISBN 978-85-450-0408-0.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
A ADMINISTRATIVIZAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL POR MEIO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	
Daniel Wunder Hachem	13
APRESENTAÇÃO	
Luiz Alberto Blanchet	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	27
1.1 A feição complexa da noção de desenvolvimento: dos aspectos multidisciplinares à concepção jurídica.....	30
1.2 Desenvolvimento e sustentabilidade: aspectos espaciais, sociais, econômicos e ambientais.....	48
1.2.1 Dimensão espacial.....	52
1.2.2 Dimensão social.....	54
1.2.3 Dimensão econômica.....	55
1.2.4 Dimensão ambiental	56
1.3 Sustentabilidade como diretiva de atuação na gestão pública: uma releitura dos princípios da legalidade, eficiência e do direito fundamental à boa administração	57
1.3.1 Princípio da legalidade.....	60
1.3.2 Princípio da eficiência.....	64
1.3.3 Direito fundamental à boa administração.....	72
CAPÍTULO 2	
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FINALIDADE DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	83
2.1 Finalidade da licitação: redimensionando o tradicional conceito de vantajosidade como a seleção da proposta mais vantajosa em condições isonômicas	89

2.2	Processos de contratação como instrumentos de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento sustentável.....	98
2.2.1	Desenvolvimento sustentável na gestão de processos de contratação pública	108
2.2.2	Uso dos processos de contratação pública visando ao fomento do desenvolvimento nacional sustentável em suas diversas facetas	112
2.2.2.1	Proteção ao meio ambiente	112
2.2.2.2	Inclusão social e proteção aos direitos trabalhistas e de menores ...	115
2.2.2.3	Fomento a micro e pequenas empresas	120
2.2.2.4	Preservação de patrimônio histórico e cultural	123
2.2.2.5	Desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais, incentivo ao mercado interno e à autonomia tecnológica do país	124
2.2.2.6	Incentivo à produção de bens e serviços de informática e automação	127
2.3	Poder normativo da Administração Pública: instrumento que potencializa a eficácia das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento nacional sustentável	131

CAPÍTULO 3

A SUSTENTABILIDADE NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA: A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS CONCRETAS NAS DIFERENTES FASES, ETAPAS E ATOS.....		145
3.1	Fase de planejamento: ações envolvidas no planejamento da contratação para garantia do desenvolvimento sustentável	150
3.1.1	Diagnóstico e definição da necessidade: política de sustentabilidade no órgão ou entidade.....	152
3.1.2	Definição da solução: prática mercadológica, restrição justificada da competitividade e razoabilidade de custos.....	155
3.1.3	Fixação de condicionantes de sustentabilidade: critério de habilitação, de aceitabilidade das propostas, uma obrigação contratual, critério de pontuação de propostas em licitações do tipo técnica e preço ou fator para definição de remuneração variável	159
3.1.3.1	Etapa de habilitação.....	160
3.1.3.2	Etapa de aceitabilidade das propostas ou cumprimento de obrigação contratual	166
3.1.3.3	Critério de pontuação das propostas técnicas e remuneração variável	171
3.2	Fase de seleção de proponentes: a aplicação de preferências e benefícios para a garantia do desenvolvimento sustentável nos processos de contratação.....	174
3.2.1	Licitação com participação exclusiva de determinada categoria ou reservada a determinada solução.....	176
3.2.2	Fixação de critérios de desempate	180
3.2.3	Definição de critérios para exercício de preferência	182
3.2.3.1	Exercício de preferência por micro e pequenas empresas.....	182
3.2.3.2	Bens e serviços de informática e automação	183
3.2.3.3	Bens e serviços nacionais	185
3.2.3.4	Coordenação na aplicação de preferências.....	188
3.2.4	Prazo diferenciado para comprovação de regularidade fiscal	195
3.3	Fase contratual: da fiscalização quanto à adoção de práticas de sustentabilidade	196
3.3.1	Dever de fiscalização da Administração enquanto elemento de controle das obrigações pactuadas	196
3.3.2	Existência de obrigações compartilhadas pela Administração Pública.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS		201
REFERÊNCIAS.....		207
ANEXO		215